

Sumário

Capítulo I ▶ DIREITO PENAL MILITAR: CONCEITO E PRINCÍPIOS.....	25
1. Conceito	25
2. Princípio da legalidade (ou da reserva legal) e da anterioridade...	26
3. Princípio da Intervenção Mínima (ou da Ultima Ratio ou da Subsidiariedade).....	29
4. Princípio da Lesividade (Ofensividade)	29
5. Princípio da Adequação Social	32
6. Princípio da Fragmentariedade.....	32
7. Princípio da Insignificância (Bagatela).....	32
8. Princípio da Individualização da Pena	42
9. Princípio da Limitação ou da Humanidade das Penas	44
10. Princípio da Proporcionalidade	44
11. Princípio da Responsabilidade Pessoal (ou da Pessoalidade ou da Intranscendência da Pena).....	46
Capítulo II ▶ APLICAÇÃO DA LEI PENAL MILITAR.....	47
1. Aplicação da Lei Penal Militar no Tempo	47
2. Regras Do Conflito De Leis No Tempo.....	47
2.1. Abolito criminis – descriminalização de condutas (artigo 2º do CPM).....	47
2.2. Retroatividade de lei mais benigna – <i>Lex mitior ou novatio legis in melius</i>	48
2.3. Irretroatividade da lei penal.....	49
2.4. Extra-atividade da lei intermediária mais benéfica.....	52
2.5. <i>Vacatio legis</i>	52
2.6. Apuração da maior benignidade	52
2.7. Combinação de leis.....	53
2.8. Lei aplicável às medidas de segurança.....	55
2.9. A ultra-atividade gravosa das leis excepcionais ou temporárias.	55
2.10. Norma penal em branco e conflito de leis no tempo.....	56
3. Tempo do Crime	57
4. Lugar do Crime	58
5. Aplicação da Lei Penal Militar no Espaço.....	59
5.1. Princípio da territorialidade.....	59
5.2. Princípio da extraterritorialidade irrestrita (incondicionada)..	61

6.	Aplicação da Lei Penal Militar Quanto às Pessoas.....	62
6.1.	Definição de militar para efeito de aplicação da Lei Penal Militar	62
6.2.	Militares estrangeiros	70
6.3.	Referência a “brasileiro” ou “nacional”.....	70
6.4.	Equiparação a estrangeiro	70
6.5.	Assemelhado	71
6.6.	Comandante	73
6.7.	Superior.....	74
7.	Interpretação e integração da lei penal.....	74
7.1.	Interpretação quanto ao objeto	74
7.2.	Interpretação quanto ao sujeito	75
7.3.	Interpretação quanto aos meios empregados	76
7.4.	Interpretação quanto aos resultados.....	77
7.5.	Interpretação Analógica.....	78
7.6.	Analogia.....	78
8.	Conflito (ou concurso) aparente de normas penais.....	79
8.1.	Princípio da Especialidade – <i>lex specialis derogat legi generali</i>	79
8.2.	Princípio da Subsidiariedade – <i>lex primaria derogat legi subsidiariae</i>	80
8.3.	Princípio da Consunção.....	80
8.4.	Princípio da Alternatividade	82
Capítulo III ▶ CRIME MILITAR		83
1.	Conceito	83
2.	Classificação Doutrinária	85
3.	Crime Militar – Critérios Legais Determinantes	89
4.	Crime Militar em Tempo de Paz (Art. 9º, CPM).....	90
4.1.	Art. 9º, inciso I, CPM	90
4.2.	Inciso II	94
4.3.	Inciso III	114
4.4.	Artigo 9º, parágrafo único: homicídio doloso praticado por militar contra civil	128
5.	Crime Militar em Tempo de Guerra.....	136
5.1.	Tempo de guerra.....	136
5.2.	Crimes militares em tempo de guerra	136
5.3.	Causa de aumento de pena	138
5.4.	Aplicação da lei penal militar em crimes cometidos em prejuízo de país aliado	138

Capítulo IV ▶ TEORIA DO CRIME – FATO TÍPICO	139
1. Introdução.....	139
1.1. Teoria Geral do Delito	139
1.1.1. Teoria clássica (Sistema Causal-Naturalista de Liszt – Beling).....	139
1.1.2. Teoria Neoclássica (Teoria Teleológica do Delito).....	141
1.1.3. Teoria da Ação Final (Sistema Finalista).....	143
1.1.4. Pós-Finalismo – Modelos Funcionalistas.....	145
1.2. Conceito Analítico.....	146
2. Fato Típico.....	147
2.1. Conduta	147
2.2. Tipicidade penal.....	152
2.3. Teoria do tipo penal	154
2.3.1. Conceito.....	154
2.3.2. Elementares e Circunstâncias.....	155
2.3.3. Elementos que integram o tipo	155
2.3.4. Elementos específicos do tipo penal.....	156
2.4. Tipo subjetivo.....	157
2.4.1. Tipo Doloso.....	157
2.4.2. Elementos do dolo	157
2.4.3. Teorias do dolo no Código Penal Militar.....	158
2.4.4. Espécies de Dolo	158
2.4.5. Tipo Culposos	161
2.4.6. Princípio da Excepcionalidade (numerus clausus)	162
2.4.7. Dever Objetivo de Cuidado	163
2.4.8. Espécies de Culpa.....	164
2.4.9. Formas de Manifestação da Culpa.....	165
2.5. Resultado	165
2.5.1. Conceito de resultado	165
2.5.2. Classificação quanto ao resultado naturalístico e o momento consumativo	166
2.6. Relação de causalidade.....	167
2.6.1. Conceito.....	167
2.6.2. Teoria da equivalência dos antecedentes causais ou Conditio Sine Qua Non.....	167
2.6.3. Espécies de Causas que contribuem ou não para o resultado	169
2.7. <i>Iter Criminis</i>	171
2.7.1. Conceito.....	171
2.7.2. Tentativa	174
2.7.3. Espécies de Tentativa	174

2.7.4.	Hipóteses em que não se admite tentativa	175
2.7.5.	Aplicação da Pena na Tentativa	175
2.7.6.	“Tentativa” Qualificada – Desistência Voluntária e Arrependimento Eficaz (art. 31, CPM)	176
2.7.7.	Arrependimento Posterior	179
2.7.8.	Crime Impossível (Tentativa Inidônea ou inadequada ou Quase-Crime)	181
2.7.9.	Pena agravada pelo resultado	184
Capítulo V ▶ TEORIA DO CRIME – ILICITUDE (ANTI JURIDICIDADE)		187
1.	Conceito	187
2.	Causas de Exclusão da Ilícitude (Descriminantes ou Justificativas ou Causas de Justificação)	187
2.1.	Princípio Fundamentador	187
2.2.	Requisitos das causas de exclusão da ilicitude	188
2.3.	Espécies de Causas de Exclusão de ilicitude	188
3.	Estado De Necessidade Justificante – Art. 43, CPM	189
3.1.	Conceito legal	189
3.2.	Teorias acerca do Estado de Necessidade	189
3.3.	Requisitos legais do Estado de Necessidade Justificante	191
3.4.	Espécies de estado de necessidade	193
4.	Legítima Defesa	194
4.1.	Conceito Legal	194
4.2.	Requisitos da legítima defesa	194
4.3.	Observações	196
4.4.	Ofendículos	196
5.	Estrito Cumprimento do Dever Legal	197
6.	Exercício Regular de Direito	198
7.	Excludente de Ilícitude do Comandante (Art. 42, Parágrafo Único, CPM)	199
8.	Excesso nas Causas de Justificação	199
8.1.	Excesso Culposos	199
8.2.	Excesso exculpante ou escusável	200
8.3.	Excesso Doloso	201
9.	Elementos não Constitutivos do Crime (Art. 47, CPM)	202
Capítulo VI ▶ CULPABILIDADE		205
1.	Conceito	205
2.	Imputabilidade (Capacidade de Culpabilidade)	206
2.1.	Conceito	206
2.2.	Causas de Exclusão da Imputabilidade	

(Causas de Inimputabilidade).....	207
2.2.1. Inimputabilidade por Alienação Mental (art. 48, CPM)	207
2.2.2. Inimputabilidade por Embriaguez Acidental Completa (art. 49, CPM).....	209
2.2.3. Inimputabilidade por Imaturidade Natural (art. 228, CRFB).....	212
3. Potencial Consciência da Ilícitude	214
3.1. Conceito.....	214
3.1.1. Erro de Direito x Erro de proibição	214
3.1.2. Erro de fato x Erro de Tipo	216
3.1.3. Erro determinado por terceiro	218
3.1.4. Erros Acidentais.....	219
4. Exigibilidade de Conduta Diversa.....	221
4.1. Conceito.....	221
4.2. Causas legais de inexigibilidade de conduta diversa.....	221
4.2.1. Coação Irresistível	222
4.2.2. Obediência Hierárquica	223
4.2.3. Estado de Necessidade Exculpante.....	225
4.2.4. Excesso exculpante ou escusável.....	225
CAPÍTULO VII ► CONCURSO DE PESSOAS	227
1. Introdução.....	227
2. Teorias Acerca do Concurso de Pessoas	227
2.1. Teoria Monística (ou monista ou unitária ou igualitária).....	227
2.2. Teoria Dualista.....	228
2.3. Teoria Pluralista.....	229
3. Requisitos do Concurso de Pessoas de acordo com a Teoria Monista	229
4. Comunicabilidade e Incomunicabilidade das Condições Pessoais....	230
4.1. Comunicabilidade das elementares de caráter pessoal	230
4.2. Incomunicabilidade das circunstâncias de caráter pessoal	232
4.3. Circunstâncias Objetivas.....	232
5. Autoria	233
5.1. Conceito de autor	233
5.2. Distinção entre autoria mediata e imediata	234
5.3. Autoria Colateral ou Acessória	236
6. Participação	236
6.1. Conceito de participação.....	236
6.2. Punibilidade da Participação	237
6.3. Impunibilidade na Participação	237
6.4. Espécies de Participação	238

7.	Punibilidade no Concurso de Pessoas (Sentido Amplo).....	239
7.1.	Atenuante da participação de somenos importância (Participação de Menor Importância ou cumplicidade desnecessária ou auxílio secundário) – art. 53, § 3º, CPM	239
7.2.	Agravantes do concurso de pessoas.....	240
7.3.	Cabeças	240
7.4.	Cooperação dolosamente distinta (Participação em crime menos grave ou desvio subjetivo de conduta).....	241
Capítulo VIII ► PENAS E MEDIDAS DE SEGURANÇA.....		243
1.	Introdução.....	243
2.	Penas Principais.....	247
2.1.	Pena de Morte	249
2.2.	Penas Privativas de Liberdade	250
2.2.1.	Pena privativa de liberdade aplicada a militar	251
2.2.2.	Pena privativa de liberdade aplicada a civil.....	254
2.3.	Impedimento	255
2.4.	Suspensão do Exercício do Posto, Graduação, Cargo ou Função.....	256
2.5.	Reforma	256
3.	Penas Acessórias	257
3.1.	Perda de Posto e Patente (artigo 99, CPM).....	257
3.2.	Declaração de Indignidade para o Oficialato (Artigo 100, CPM)	258
3.3.	Declaração de Incompatibilidade com o Oficialato (artigo 101, CPM)	260
3.4.	Pena de Exclusão das Forças Armadas (artigo 102, CPM)	260
3.5.	Perda da Função Pública (artigo 103, CPM)	262
3.6.	Inabilitação para o exercício de função pública (artigo 104, CPM)	263
3.7.	Suspensão do poder familiar, tutela ou curatela (artigo 105, CPM)	263
3.8.	Suspensão dos direitos políticos (artigo 106, CPM)	264
4.	Medidas de Segurança	264
4.1.	Internação em manicômio judiciário.....	265
4.2.	Cassação de licença para dirigir veículos motorizados.....	270
4.3.	Exílio local.....	271
4.4.	Proibição de frequentar determinados lugares.....	271
4.5.	Interdição de estabelecimento, sociedade ou associação.....	271
4.6.	Confisco	272
5.	Dos Efeitos da Condenação.....	272

Capítulo IX ▶ APLICAÇÃO DA PENA	273
1. Introdução.....	273
2. Fases de Individualização da Pena	273
2.1. Fase primária – pena base (art. 69, CPM)	273
2.2. Fase Secundária – Pena Intermediária (art. 70 a 75, CPM).....	276
2.2.1. Agravantes	276
2.2.2. Atenuantes.....	283
2.3. Fase Terciária – Pena Definitiva (art. 76, CPM).....	289
3. Unificação das Penas no Concurso de Crimes	290
3.1. Concursos Material e formal.....	290
3.2. Crime continuado.....	291
3.3. Redução da pena unificada no concurso formal e no crime continuado.....	293
3.4. Limites globais da pena unificada	294
3.5. Regras especiais no caso de pena de morte.....	294
3.6. Dosimetria das penas não privativas de liberdade	294
3.7. Criminoso habitual ou por tendência.....	295
4. Sursis – Suspensão Condicional da Pena	296
4.1. Conceito.....	296
4.2. Pressupostos	296
4.3. Condições	297
4.4. Revogação obrigatória.....	298
4.5. Revogação facultativa e prorrogação do sursis	298
4.6. Extinção da pena.....	298
4.7. Vedação do sursis	299
5. Livramento Condicional	301
5.1. Conceito.....	301
5.2. Cabimento	302
5.3. Requisitos	303
5.4. Condições	304
5.5. Revogação do livramento	305
5.6. Extinção da pena.....	306
CAPÍTULO X ▶ EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	307
1. Introdução.....	307
2. Causas de Extinção da Punibilidade	307
2.1. Extinção da punibilidade pela morte do agente	309
2.2. Extinção da punibilidade pela anistia ou pelo indulto	310
2.2.1. Anistia	310
2.2.2. Indulto.....	311

2.3.	Extinção da punibilidade pela retroatividade de lei que não mais considera o fato como criminoso – <i>abolitio criminis</i>	312
2.4.	Reabilitação.....	313
2.5.	Ressarcimento do dano no peculato culposo	315
2.6.	Perdão Judicial	315
2.7.	Retratação	317
2.8.	Prescrição	317
2.8.1.	Conceito	317
2.8.2.	Fundamentos políticos da prescrição	318
2.8.3.	Espécies de Prescrição da Pretensão Punitiva	319
2.8.4.	Prescrição pela pena em abstrato.....	319
2.8.5.	Prescrição pela pena em concreto	324
2.8.6.	Prescrição da Pretensão Executória	326
2.8.7.	Regras especiais da prescrição das penas de suspensão e reforma e das penas acessórias	327
2.8.8.	Regra especial de prescrição no crime de insubmissão.....	327
2.8.9.	Regra especial de prescrição no crime de deserção	328
CAPÍTULO XI ▶ AÇÃO PENAL.....		335
ANEXO ▶ QUESTÕES DE CONCURSO DE DIREITO PENAL MILITAR		343